

Drummond: poesia e memória preservadas



Foto: Acervo da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade

Página 03

Dor lembrada com tradição

Em Minas, sofrimento de Jesus é revivido com solenidades centenárias. Pesquisadora do tema, Adalgisa Arantes Campos, esclarece as origens das cerimônias da Semana Santa.



Foto: Adalberto Matheus

Detalhe do Cristo na Coluna, do acervo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Sabará.

Páginas 06 e 07

1964: 50 anos

Série especial do IEPHA, Rádio Inconfidência e Arquivo Público Mineiro, destaca importância da preservação documental. Em entrevista, Gildásio Cosenza (foto) relembrou prisões e torturas no período da ditadura.



Foto: Acervo IEPHA/MG

Páginas 04 e 05

Casa de Memória Chico Xavier

Página 12



Palavra do Presidente



O patrimônio cultural é a expressão viva da identidade de um povo e seu reconhecimento e fruição solidificam os laços da cidadania.

Minas Gerais é um verdadeiro celeiro cultural, com atrações variadas e muito a se conhecer e visitar. O nosso patrimônio cultural, nossas histórias, nossa culinária e nossa gente encantam os milhares de turistas que por aqui passam.

A nossa riqueza patrimonial material e imaterial deve ser difundida nos municípios mineiros. Mesmo porque é uma herança que recebemos de nossos antepassados e que deve ser transmitida às futuras gerações. Isso somente é possível com a sua preservação.

A fruição e a valorização do patrimônio despertarão nos cidadãos o sentimento de pertencimento dos bens e a consciência da necessidade da sua proteção.

Partindo desse princípio, as comemorações que enaltecem o Patrimônio devem ser rotineiras e de referência para todo o estado.

No dia 7 de junho realizaremos o I Encontro Mineiro do Patrimônio Cultural, numa antecipação Do Dia do Patrimônio Cultural, que neste ano não poderá ser realizada no mês de agosto, por coincidir com o período eleitoral, que, por imposição legal, há restrições de alguns eventos.

Os objetivos desse Encontro são os mesmos do Dia do Patrimônio: valorizar, celebrar e compartilhar a memória e o patrimônio junto a todas as comunidades mineiras.

O local do evento continua sendo a Praça da Liberdade, um dos principais ícones do patrimônio de Minas. A Praça da Liberdade é cenário ideal para a promoção dessa grande celebração, possibilitando a interação da família mineira no evento. Além da presença de um coreto e uma fonte luminosa, o traçado e os jardins, inspirados no Palácio de Versalhes, na França, atraem moradores e turistas para o local.

Neste ano, a vasta programação gratuita conta com a apresentação de corais, orquestras e bandas musicais, intervenções artísticas, exposições de materiais e técnicas construtivas antigas, Ateliê Vitrine e uma série de trabalhos artesanais das mais variadas regiões do Estado. São 21 cidades que atenderam a nossa solicitação e estão se organizando para se fazerem representar em nossa capital.

Sendo assim, que todos sejam muito bem vindos e que o I Encontro Mineiro do Patrimônio Cultural, assim como a Celebração do Dia do Patrimônio sejam eventos garantidos em nossas programações por muitos e muitos anos.

Fernando Viana Cabral
Presidente do IEPHA/MG
fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Denise Parreiras de Oliveira

Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral

Chefe de Gabinete: Danielle Cristine de Faria

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior

Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira

Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Leandro Henrique Cardoso (MG 16780 JP)

Textos: Adalberto Andrade Mateus (MG 17581JP) e Ana Flávia Araújo (MG 14308JP)

Revisão gramatical: Isa Maria Marques de Oliveira

Diagramação: Pablo do Prado Soares (MG 1582 PP)

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m³

Tiragem: 3.000 exemplares – Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Usina do Livro



CULTURA

Memorial Carlos Drummond preserva a memória do poeta e sua história

Por Leandro Henrique Cardoso

O Pico do Amor, em Itabira, local de inspiração do poeta Carlos Drummond de Andrade é também o lugar onde estudantes, pesquisadores, turistas e adeptos da literatura encontram tudo sobre um dos maiores escritores brasileiros.

Inaugurado em 31 de outubro de 1998, o Memorial Carlos Drummond de Andrade, está localizado na encosta leste do Pico do Amor, bairro Campestre, na cidade de Itabira, a 111 quilômetros da capital e foi criado para ser um centro de referência do poeta. O projeto arquitetônico foi doado pelo amigo e arquiteto Oscar Niemeyer e o financiamento da construção do memorial ficou por conta da Prefeitura de Itabira e a Fundação Vale. Para Solange Alvarenga, coordenadora do memorial, o espaço reúne o maior acervo do poeta, e isso faz com que pessoas, em busca de informações sobre a vida e obra dele, agendem visitas. “O Memorial Carlos Drummond de Andrade é uma instituição cultural, de natureza interdisciplinar, polo de estudo e de produção de informações e conhecimentos em torno de sua linha de acervo, ou seja, a casa da memória de Carlos Drummond de Andrade”, relata a coordenadora.

O acervo do Memorial é constituído por livros que pertenceram ao poeta (cerca de 800 volumes, dentre eles, obras de sua autoria e de outros autores) que foram encaminhados por ele entre 1975 a 1987 para a biblioteca pública municipal Luiz Camilo de Oliveira Neto, em Itabira. Desse acervo bibliográfico encontram-se correspondências, fotos de amigos e familiares, dedicatórias, as primeiras obras publicadas por ele, autografadas e dedicadas a amigos escritores.

Essa coleção foi restaurada com os recursos do Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais e da Caixa Econômica Federal, por meio do Projeto de Restauração da Coleção Carlos Drummond de Andrade.

O Memorial é composto por obras e objetos raros sobre a vida de Drummond, que foram doados por familiares e amigos, pela Fundação Cultural do Banco do Brasil e pela Biblioteca da cidade de Itabira. Além disso, DVDs com reportagens, entrevistas, documentários e depoimentos sobre a vida e obra do poeta. Também compoem esse acervo, a primeira máquina de datilografia dele, uma coleção de cartas recebidas de grandes escritores e familiares, videoteca, fotografias, objetos pessoais, prêmios literários e obras de artes feitas em sua homenagem.

Atualmente o Memorial abriga uma exposição permanente cujo tema é “Tempo, Memória e Poesia”, composta por um grande painel em fotomontagem, criado pelos artistas Márcio Sampaio e Marconi Drummond Lage. Nele, pode se ver a transcrição do poema “memória” em letras de 12 cm de altura, aplicado no alto da parede, na entrada do corredor. Faz parte também dessa exposição a “fotobiografia”, uma espécie de “linha do tempo” de Carlos Drummond de Andrade, com aplicação de textos biográficos e imagens correspondentes aos diversos momentos da vida do poeta.

O Memorial recebeu das mãos do Superintendente da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, Marconi Drummond Lage, um lote de 212 documentos inéditos, entre cartas, fotografias, postais e telegramas, do poeta Carlos Drummond de Andrade. As cartas são destinadas principalmente à mãe, aos irmãos e amigos.

Também foi adquirido um exemplar do livro “Alguma Poesia”, primeira edição autografada pelo poeta. Esses documentos foram higienizados, restaurados e acondicionados pelos funcionários da instituição sob a supervisão da restauradora Blanche Thaís Porto de Matos.

O documento mais antigo é um tipo de nota promissória de amizade (Banco da Amizade) de 1915, quando Drummond ainda assinava Carlito.



Foto: Acervo da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade

A Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, responsável pela administração do espaço, conforme Decreto Municipal nº. 2497/1999, será responsável pela execução do projeto. O município de Itabira assumirá a contrapartida necessária para execução da obra.

O Memorial Carlos Drummond de Andrade funciona de terça a sexta, no horário de 8 às 18 horas e nos fins de semana e feriados, de 10h30 às 16h30.

| Museu de Território Caminhos Drummondianos

O Museu de Território de poesia é o único no Brasil com quarenta e quatro placas espalhadas pela cidade de Itabira que traçam os caminhos vivenciados por Carlos Drummond de Andrade através das referências encontradas em seu contexto poético e formam o museu. O objetivo é possibilitar um maior contato do público com a poesia de Carlos Drummond de Andrade, bem como a divulgação do turismo cultural na cidade, dentro do Circuito do Ouro e Estrada Real. A primeira placa foi inaugurada em 13 de dezembro de 1997 e trás o poema “A Alfredo Duval”. Aproximadamente 10 mil pessoas entre estudantes e grupos diversos visitam o Museu de Território Caminhos Drummondianos durante o ano.

| Restrução do Memorial

O projeto de reestruturação do Memorial Carlos Drummond de Andrade compreende um conjunto de intervenções físicas no bem cultural para protegê-lo, preservá-lo e adequá-lo às características originais do desenho criado por Oscar Niemeyer em homenagem ao grande amigo Drummond e entregue a sua cidade natal, Itabira, em 1998, em comemoração aos 150 anos do município.

O Memorial, tombado conforme Decreto Municipal nº 3096, de 22/12/2000, está localizado no Pico do Amor, ponto turístico privilegiado pela paisagem panorâmica da cidade de Itabira e citado de forma recorrente na obra de Carlos Drummond. O local integra o roteiro do “Museu de Território Caminhos Drummondianos” e encontra-se, também, adjacente ao parque ecológico Mata do Intellecto.

A estrutura do local ocupa uma área de dois mil metros quadrados, compreendendo o monumento com o poema de Drummond, sala de projeção, espaço expositivo, sala de pesquisas e estudos, banheiros e cantina. Foi construído para ser o centro de referência, porém após executada a obra, foram detectadas desconformidades na edificação, prejudiciais à sua originalidade frente ao desenho original. do acervo.

Serão necessárias intervenções, como correção de problemas na iluminação, infiltração na cobertura, estabilização de recalques estruturais de pequenas proporções, reconstrução de piso para viabilizar novo acesso, revisão de esquadrias nos aspectos de segurança, projeto paisagístico e entre outras.

O Regime Militar e a importância da preservação documental

Para lembrar os 50 anos do movimento político de 1964 que culminou com a ditadura no Brasil, o IEPHA/MG, o Arquivo Público Mineiro (APM) e a Rádio Inconfidência prepararam Memória Documental do Regime Militar, série especial de programas sobre o período de 1964-1985 sob a ótica da preservação dos documentos.

A série, que foi ao ar no quadro IEPHA: Memória Viva de Minas, no programa Revista da Tarde da Rádio Inconfidência, apresentou durante todo o mês de março temas e fatos ligados ao período da ditadura e que foram registrados em documentos atualmente sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Para o coordenador do quadro, Adalberto Andrade Mateus, a série foi uma oportunidade para se conhecer a história por meio de relatos e depoimentos pela ótica de seus participantes. "Foi impactante conhecer relatos de tortura pelas próprias vítimas da ditadura. Os documentos preservados pelo Arquivo Público Mineiro abrem uma nova visão da história, contada pelas pessoas que lutaram pelo restabelecimento da democracia e liberdade de expressão", pontua o coordenador.

Além da preservação dos documentos, a série apresentou ações de tombamento de pontos ligados à memória da resistência, como a sede do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e a antiga Fafich, como patrimônio cultural da cidade de Belo Horizonte.

Os programas contaram com a participação dos técnicos do Arquivo Público Mineiro, Denis Soares da Silva e Thiago Veloso Vitral (ver texto na página ao lado), que apresentaram o acervo originário do antigo DOPS e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CONEDH), recolhidos ao APM, e as condições de acesso a todo o material. "A série foi uma oportunidade para resgatar a memória dos que sacrificaram sua vida pela reconquista de direitos democráticos e representa uma importante contribuição para fomentar a reflexão e o debate em torno do tema", analisa Denis Soares, técnico responsável pela rede social do Arquivo que divulga vários documentos preservados pela instituição, dentre eles alguns ligados ao período da repressão cuja publicidade é autorizada.

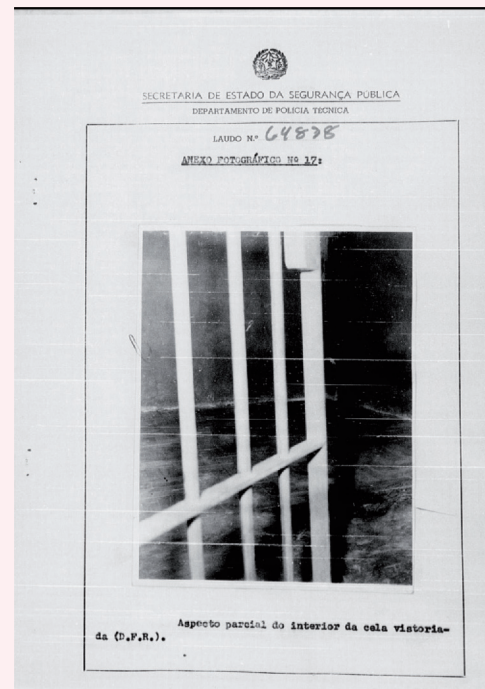
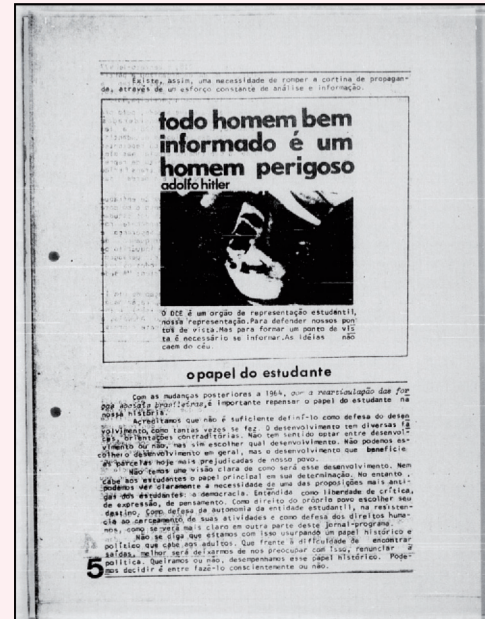
Os programas da série estão disponíveis no site da Rádio Inconfidência e os links de acesso nas redes sociais do IEPHA e do APM.

Um personagem da resistência, Gildásio Westin Cosenza

O programa do dia 31/03 contou com a presença especial de um militante que se pôs a serviço da luta pela democracia: Gildásio Cosenza. Aos 66 anos, Gildásio relembrou os tempos de estudante na Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa/MG, quando foi preso e indiciado pela participação no Congresso da União Estadual dos Estudantes, realizado em Ibiúna (SP), em outubro de 1968. As lembranças de Gildásio, sempre marcadas por forte emoção, se debruçaram sobre o espancamento sofrido na rua Santa Rita Durão, onde atualmente funciona a Associação Feminina de Assistência Social e Cultura – AFAS (organização não governamental ligada à Polícia Militar), a poucos metros do Palácio da Liberdade. Consciente da importância da preservação dos documentos produzidos durante o período seja pela repressão ou pelos reprimidos, Gildásio citou o exemplo da liberação dos documentos preservados nos Estados Unidos, que agora, após 50 anos, começam a ter a consulta liberada. "A grande esperança que se tem, porque dizem que cada ficha de opositor preso, ia uma cópia para os EUA. Sabemos das histórias de centenas, toneladas de documentação destruídas. Se não conseguirmos recuperar vai ficar uma história apagada", concluiu Gildásio. Para Thiago Veloso, que participou da organização arquivística do material do CONEDH, muitos dos quais com depoimentos orais das vítimas das torturas, a importância do depoimento está ligada à reflexão sobre o que foi esse período de exceção. "Pelo depoimento do Gildásio, percebemos o quão cruel foi a ditadura instaurada após o golpe civil-militar de 1964. Como memória viva da época, Gildásio ressalta a importância de preservar a documentação produzida durante o período, para que essa história não seja esquecida e, sobretudo, repetida", destaca Thiago.

Confira na internet:
www.radioinconfidencia.com.br
www.facebook.com/lephaMG
www.facebook.com/arquivopmineiro

Documentação do arquivo do DOPS/MG reúne diversos documentos. Ao lado, Gildásio Cosenza relata sua militância à Déborah Rajão (Rádio Inconfidência), Adalberto Mateus (IEPHA/MG), Thiago Veloso e Denis Soares (APM)



Imagens: Acervo do Arquivo Público Mineiro - APM

que existe nos bastidores da luta do governo contra a guerrilha urbana

MR-8 AS ARMAS DA SUBVERSÃO



O grupo de militares do MR-8 em treinamento. Foi organizado um grande levantamento de armas e munições em todo o território do Estado de Minas Gerais. O levantamento foi feito em 1927, com o objetivo de conhecer o estado das armas e munições existentes no Estado. O levantamento foi feito em 1927, com o objetivo de conhecer o estado das armas e munições existentes no Estado. O levantamento foi feito em 1927, com o objetivo de conhecer o estado das armas e munições existentes no Estado.

A repressão documentada Denis Soares da Silva¹ e Thiago Veloso Vitral²

O serviço de polícia política do Estado de Minas Gerais remete ao ano de 1927, com a criação da Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social. Este órgão possuía como principais atribuições a manutenção da ordem pública, a garantia dos direitos individuais e a investigação de crimes contra a vida e a integridade física. Após sua extinção, em 1931, as funções relacionadas à investigação e repressão ao crime político foram transferidas para a Delegacia de Ordem Pública - DOP. No ano de 1956, a antiga delegacia deu origem ao Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais - DOPS/MG, que tinha como atribuições gerais a prevenção e repressão dos delitos de caráter político-social, a fiscalização do fabrico, importação, exportação, comércio e uso de armas, munições, explosivos e produtos químicos, a fiscalização das estações ferroviárias, rodoviárias e aeroportos, além da expedição de salvo-conduto em caso de guerra.

Em meados da década de 1970, os arquivos do DOPS/MG foram transferidos para a Coordenação Geral de Segurança - COSEG. De acordo com a Constituição Mineira de 1989, a documentação deveria ser transferida para o Arquivo Público Mineiro - APM. No entanto, somente em 1998, após a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, o APM recebeu a documentação do extinto DOPS. Foram entregues 98 rolos de microfilme, uma vez que a Coordenação Geral de Segurança alegou que os originais haviam sido incinerados em 1982.

Em 1999, com o objetivo de definir uma política de organização e acesso, foi realizada a análise dos rolos de microfilme, da legislação federal e estadual existentes. Além disso, foram feitos contatos com outros arquivos públicos, responsáveis pela guarda de acervos das polícias políticas com o intuito de trocar experiências. Tais medidas tornaram visível a necessidade de garantir, primeiramente, que os interessados na pesquisa probatória de direitos perdidos em decorrência de perseguição política tivessem o acesso aos documentos. Desse modo, iniciou-se a elaboração e informatização de um índice onomástico visando atender exclusivamente às pessoas que necessitassem acessar os documentos para fins de direito.

Em junho de 2002, iniciou-se um trabalho de organização da documentação proveniente do DOPS/MG, mediante convênio firmado entre o APM e o Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, representado pelo Projeto República.

Viabilizado com recursos financeiros da FAPEMIG, o projeto contou, ainda, com bolsas de pesquisa fornecidas pelo CNPq.

Apesar das dificuldades impostas pelo suporte da documentação (rolos de microfilmes) e pela ausência de uma organização original, o APM executou um trabalho pioneiro de descrição de documentos em meio digital. Todos os 98 rolos de microfilmes entregues pela Coordenação Geral de Segurança ao APM, foram digitalizados e gravados em CDs e fitas de preservação. Posteriormente, foi criado um banco de dados para a descrição das 5.489 pastas de documentos e disponibilização do acervo, somente para consulta local, por meio de um instrumento eletrônico de pesquisa.

Uma pequena parcela da documentação foi classificada como de acesso restrito, de acordo com a Lei nº 8159, de 08 de janeiro de 1991, e a Medida Provisória nº 228, de 09 de dezembro de 2004, que tratam do uso e difusão de informações que, embora associadas ao interesse coletivo, digam respeito à vida privada, à honra e à imagem de terceiros. São informações de caráter íntimo, que só podem ser consultadas mediante requerimento protocolado na sede do APM. O tempo de sigilo dessa documentação é de cem anos, a contar da data de sua produção.

Além de constituir fonte probatória importante para a garantia de direitos de cidadãos perseguidos durante o regime militar, o arquivo do DOPS/MG possui notável riqueza histórica. A relevância do acervo fica evidenciada pela diversidade de documentos que o compõem: relatórios policiais, depoimentos, análises periciais, processos judiciais, recortes de jornais, fotografias, documentos de organizações e partidos, material apreendido (livros, correspondências pessoais, cartazes, cartilhas, jornais, revistas, plantas, panfletos).

A iniciativa de disponibilizar o acervo do DOPS na base dados do Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro - SIA-APM, ao possibilitar o acesso aos documentos por meio da internet, é mais um passo na democratização do acesso à informação, colocando à disposição dos cidadãos os registros históricos das lutas de resistência à ditadura militar, quando imperaram no país a censura, a violação dos direitos políticos, prisões arbitrárias, torturas e mortes.

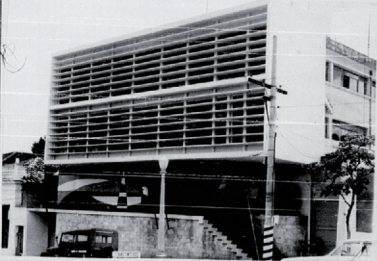
Para pesquisar o acervo do Fundo de Documentação do DOPS/MG, acesse www.siaapm.cultura.mg.gov.br.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela UFMG e técnico do Arquivo Público Mineiro
² Mestre em História pela UFMG e técnico do Arquivo Público Mineiro

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA

LAUDO N.º 64878

ANEXO FOTOFONIA Nº 1



Observa-se a parte frontal do imóvel que foi examinado. Os assinalamentos mostram os portões que permitem o acesso ao interior do pátio (D, J, P, S.).

Foto: Acervo IEPH/ANIS



Pelo respeito às tradições culturais

Por Adalberto Andrade Mateus

O cortejo se inicia e à frente um grande estandarte prenuncia o julgamento de Cristo. Bordado em letras grandes em pano roxo, as iniciais SPQR lembram o *Senatus Populusque Romanus* que, traduzidas, significam o Senado e o Povo Romano. Aos pés das “Capelas dos Passos”, seja em alusão às imagens ou pinturas nelas expostas, o coro questiona “*Popule meus, quid feci tibi? Responde mihi*”¹. O que poderia ser uma imagem e sons de um tempo muito distante, ainda é uma cena presente em várias cidades de Minas Gerais que mantém, mesmo que com as dificuldades dos novos tempos, rituais e práticas iniciadas no Brasil no período colonial para lembrar as passagens dolorosas da vida do Cristo nas cerimônias da Semana Santa.

Os eventos paralitúrgicos, assim considerados por serem celebrações paralelas à liturgia, também são chamados de atos de piedade e são as celebrações que não pertencem ao que a Igreja Católica denomina liturgia (os sacramentos, a liturgia das horas). As penitências, a via-sacra, as rezas, o rosário, juntamente com muitos dos atos da semana santa, estão no rol dos atos de piedade e se constituem como reconhecido patrimônio cultural dos mineiros.

Na cidade de Santa Luzia, Maria Izabel Stuart Senra se dedica há mais de 25 anos à participação voluntária na preparação e organização das diversas cerimônias da cidade. Durante muitos anos, foi a responsável pela preparação do Calvário, mas já passou o comando para as novas gerações. Ainda cabe à Mabel a montagem do estandarte e do guião que representam o julgamento de Jesus e, com o conhecimento transmitido pelos mais velhos à época em que começou a participar, é possível conhecer detalhes que o tempo já levou. Categórica, Mabel afirma o que coloca as tradições em risco: “entregar para pessoas estranhas, que não conhecem a tradição da cidade. Atualmente, faltam pessoas para não deixar as tradições acabarem”. Mabel relembra momentos em que a tradição correu risco em sua cidade e sua resposta foi a ausência. “O dia em que Nosso Senhor dos Passos saiu fora do baldaquino eu não fui na procissão, o dia em que a tradição voltou, eu retornei. Alguns questionaram que importante era ter fé, mas é possível ter fé com tradição. Quando se vive esses momentos a vida inteira, você sabe o que está faltando, o que está errado”, conclui Mabel para quem as tradições devem ser seguidas à risca.

Em São João Del Rei, as solenidades são organizadas pela Paróquia da Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar e pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e, em Tiradentes, a venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Paróquia de Santo Antônio é quem convida os fiéis para as solenidades que relembram os Passos de Jesus. A presença das irmandades nas solenidades religiosas das cidades é considerada por muitos como fundamental para a continuidade de práticas antigas e que ainda não se perderam no tempo.

Aluísio Viegas é profundo conhecedor das tradições de São João Del Rei. Paroquiano do Pilar e membro de três irmandades locais, Aluísio destaca a edição do livro *Piedosas e Solenes Tradições de nossa Terra*, dedicado às atividades da Quaresma e da Semana Santa na cidade. “É uma edição bilingue, em latim e português, e com as rubricas explicando todo o cerimonial para que as pessoas que assistem possam entender o que acontece no altar”, destaca o pesquisador. “Aqui em São João Del Rei tivemos a felicidade dos párocos do



Guião e estandarte vão à frente da procissão do Encontro, em Santa Luzia

Pilar serem pessoas que são profundamente conscientes da responsabilidade e de que o que estão fazendo é um ato litúrgico, é uma paraliturgia que ajuda a Igreja, tem grande afluência dos fiéis. As atividades religiosas são muito intensas durante todo o ano”. Para Aloísio, além da consciência da Igreja houve um movimento conjunto para manter as tradições. “Houveram modificações como as do rito da missa, seguindo as determinações do II Concílio Vaticano. Houve um comum acordo para que a música continuasse com a participação do coro e da orquestra”, finaliza. Na cidade é destaque a participação da bicentenária Orquestra Ribeiro Bastos, que executa as músicas do compositor são-joanense Padre José Maria Xavier (1819 - 1887) durante o Ofício de Trevas.

Entenda:

- Baldaquino/velário: véu, geralmente roxo, que cobre as imagens de Nosso Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores. Para o Cristo, a interpretação é a da passagem no horto das Oliveiras; para Nossa Senhora seria a sua solidão com a morte do Filho. As procissões são silenciosas e penitenciais.
- Desnudação dos altares: os forros e toalhas dos altares são retirados em respeito à morte do Cristo.
- Esquife: caixão que leva o corpo do Cristo após o descendimento da cruz.
- Guião: estandarte que é conduzido na frente das procissões e irmandades.
- Motetos: músicas executadas em latim pelos coros e orquestras sacras. Dividem-se em motetos das Dores e dos Passos.
- Passinhos: pequenas capelas ou oratórios que representam em seus altares os passos de Jesus.
- Rasoura: pequena procissão realizada somente ao redor da igreja.
- Santo Lenho: fragmento da cruz de Cristo.
- Sermão: pregação preparada em alusão ao evento do dia, geralmente feita de um púlpito. Durante a Semana Santa são tradicionais os sermões do Pretório (condenação de Jesus), do Encontro, do Calvário, do Mandatum (sobre o amor de Cristo), Sete Palavras (as sete últimas palavras de Jesus) e do Descendimento da cruz.

¹ MEU POVO, QUE TE FIZ EU? RESPONDE-ME.



ENTREVISTA – Adalgisa Arantes Campos



Foto: Izabel Chaminho

A pesquisadora Adalgisa Arantes Campos, que recentemente lançou o livro *As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro*, é uma pesquisadora do assunto e nessa entrevista ao *Bem Informado* esclarece as origens da Semana Santa e alguns de seus rituais mais simbólicos.

Qual a origem das principais cerimônias realizadas em Minas durante a quaresma e a Semana Santa? São costumes muito antigos?

As cerimônias quaresmais e da Semana Santa foram introduzidas pelos portugueses já nos primeiros anos da colonização. Boa parte deles vinha do Norte de Portugal, de freguesias pertencentes ao arcebispado de Braga, dotado de uma liturgia muito própria. A liturgia Bracarense se consolidou a partir de uma ancestralidade milenária muito rica, baseada na liturgia das igrejas primitivas, que não era exatamente a de Roma. Estudiosos apontam diferenças entre a liturgia de Braga e aquela da sede romana, que resistiram às mudanças até a atualidade, tal o apreço dado à tradição.

Em 2012, tive oportunidade de passar algumas semanas no Norte de Portugal, justamente na quaresma. As fachadas de residências, praças e as ruas ficam cuidadosamente ornamentadas com a cor específica do período. Há uma grande adesão popular para se expressar o luto pelo Cristo que morreu na cruz. Aliás, me surpreendeu que em período de crise europeia se gastasse tanto, contudo há que darmos uma leitura diversa, pois se trata de um “investimento positivo”, em nome da fé. Nesse caso não entram em questão as preocupações pecuniárias do cotidiano.

O Concílio de Trento (1545–1563) tentou uniformizar o culto oficial na Cristandade, que a partir de então perderia a riqueza e variedade do culto

local. No entanto, Braga conservou boa parte de seus rituais e a maneira de celebrá-los. Essa “experiência religiosa” chega às Minas setecentistas via associações religiosas e do clero diocesano. No Setecentos mineiro as irmandades do Santíssimo Sacramento e do Senhor dos Passos, erigidas em igrejas paroquiais, foram as pioneiras na difusão do culto à Paixão de Cristo. Com o surgimento das Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco da Penitência, a partir de meados daquele século, estas passaram a concorrer nos ritos da quaresma, no entanto, não esvaziaram jamais as cerimônias promovidas pelas confrarias de matrizes.

Destacamos as irmandades do Santíssimo Sacramento, sempre alojadas na capela-mor das igrejas paroquiais, as Irmandades do Senhor dos Passos (responsáveis pela edificação das capelinhas denominadas passos), as Ordens terceiras carmelita e franciscana, o Cordão de São Francisco, as Irmandades das Dores, estas com maior difusão no Oitocentos. Assim sendo, podemos afirmar que as manifestações compreendidas no período quaresmal foram promovidas pela administração paroquial e as ditas irmandades leigas, em um esforço coletivo. Na verdade, era obrigação da paróquia respectiva cuidar das cerimônias litúrgicas, com ou sem a cooperação das irmandades situadas no recinto paroquial, enquanto os rituais para litúrgicos (ao lado da liturgia, sem obrigatoriedade), eram rateados conforme o costume entre determinadas irmandades e ordens terceiras.

Como a pesquisadora Adalgisa vê a ação do lepha ao inventariar essas práticas e costumes ligados a esse período?

De fato o lepha já vem inventariando há décadas os bens móveis e integrados que serviram ou ainda servem à vida litúrgica e aos rituais católicos. Nesse caso a peça é inventariada na sua materialidade e concepção artística. Agora o viés é mais antropológico, pois a vida ritual apresenta uma natureza diferente, envolvendo a presença de odores, música, armações efêmeras, andores e muito empenho dos devotos para abrilhantar os cortejos. Por sua vez, os rituais quaresmais não são feitos nas localidades mineiras exatamente da mesma maneira. A modernização apresenta ritmos diferenciados. Constatam-se algumas diferenças em conformidade com a adesão da comunidade, a tradição arraigada, os recursos materiais etc. Considero o empenho do lepha muito louvável; nele há que se levar em conta não apenas como o rito vem sendo feito, mas como era realizado no passado, o que é possível pela recorrência à memória de idosos ativos, fotografias e fonte escrita. Não há intenção de se voltar às práticas religiosas anteriores ao II Concílio Vaticano, mas de compreendê-las.

A senhora tem alguma cerimônia, em especial, que poderia ser destacada como original e ainda hoje é realizada?

Eu me manifesto como estudiosa e como católica: a Procissão do Domingo de Ramos, feita na manhã ensolarada com aquele burrinho e uma abundância de devotos com suas palmas é de um despojamento, de uma beleza sincera! Na tarde desse dia tem-se a Procissão do Encontro, cujo sofrimento leva a uma comoção, estimulada pelas dolorosas imagens de roca do Cristo e de Maria e pela pregação do sacerdote. É de fato muito tocante. A encenação do Descendimento da cruz, expondo lentamente cada prego à visão do devoto (ou do turista!) e a procissão do Enterro que se dá a seguir atraem gente de toda a redondeza para honrar e louvar Jesus. A inflação de figuras do Antigo Testamento foi aumentando no Oitocentos, a ponto de nos perdermos meio ao teatro religioso, mas a música da Verônica e da banda cuidam de recuperar o aspecto lutuoso. Contudo, o ritual que mais me chama a atenção é o Ofício de Trevas daquele momento. Na década de 1990 ele ainda era celebrado em latim na Catedral de Mariana, mas sem a devida regularidade. Pouco a pouco foram morrendo aqueles sacerdotes que davam apreço ao ritual. Por sua vez, em São João Del Rei a longa cerimônia, de grande beleza, se manteve sem exceção. É importante destacar que as cerimônias apresentam uma complexidade, acabam ultrapassando o sentido exclusivamente religioso, constituindo um fato cultural por excelência. Eu já vi “incrédulos” colaborando ativamente e com entusiasmo na confecção de tapetes na noite de Sábado para Domingo da Ressurreição.

Ouçã em www.radioinconfidencia.com.br a participação de Adalgisa Arantes Campos no quadro IEPHA: Memória Viva de Minas no dia 14 de abril de 2014.

CONHEÇA MINAS

Paracatu

Por Leandro Henrique Cardoso



Foto: Arquivo Prefeitura Municipal de Paracatu

^ Sobradinho do Santana – primeira edificação de alvenaria de Paracatu

O descobrimento das minas do vale do Paracatu foi anunciado em 1744 pelos bandeirantes Felisberto Caldeira Brant e José Rodrigues Frois, que logo comunicaram à coroa. Existem indícios de que o arraial já havia sido fundado muitos anos antes, devido às informações da existência de casas e igrejas no local.

Ao recém-patenteado Coronel de Paracatu, Tomás do Lago Medeiros, foi exigido como contrapartida pelos privilégios recebidos, que zelasse pela ordem do povoamento a ser estabelecido na região. Nessa época, em meados de 1722, o ouro ainda não havia sido encontrado.

Com a descoberta do ouro, a atração exercida pela abundância com que este fluía de seus veios d'água contribuiu para o rápido crescimento do Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu. Após um período de grande crescimento, o arraial foi elevado a vila com o nome de Paracatu do Príncipe, em 1798.

A riqueza do arraial foi temporária, logo veio o declínio produtivo do ouro, provocando a crise econômica da vila. Dos tempos de glória, a cidade conservou duas igrejas construídas no século XVIII, tombadas em 1962 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que abrigam uma grande coleção de imagens sacras dos séculos XVIII e XIX. A cidade retomou seu crescimento com base na agropecuária e viveu uma efervescência cultural no século XIX, da qual ainda hoje se orgulha. Desta época ainda existe um conjunto arquitetônico com características particulares e um interesse por todos os tipos de manifestações artísticas e culturais.

Por volta do século XX, com a construção de Brasília, a região tomou novo impulso e Paracatu beneficiou-se da sua situação às margens da BR 040. O município está a 482 quilômetros de Belo Horizonte e 220 da capital federal.

| História e cultura

A primeira edificação de alvenaria de Paracatu (o famoso "sobradinho do Santana") foi construída pela família Melo Franco. Em meados do século XVIII, o português João de Melo Franco chegou ao Rio de Janeiro, onde residiu por um tempo em sua permanência no Brasil. Mais tarde, partiu para Sabará, para depois chegar a Paracatu em 1757, onde se tornou proprietário de uma das maiores fazendas da região, a Fazenda do Fundão. Muito estimado pela alta sociedade, logo virou possuidor de grandes privilégios no Arraial de Paracatu. João de Melo Franco foi o fundador da conhecida e importante família Melo Franco no Brasil, e quem mandou construir o Sobrado do Santana.

Parte do imaginário popular afirma que foi nesse sobrado que ficou abrigada Dona Beja, a famosa "princesa de Araxá", logo depois de ter sido raptada e trazida para

Paracatu, por volta de 1815. Teria ficado também na Chácara dos Padres, debaixo da proteção do Padre Melo Franco, então ouvidor interino da Vila de Paracatu.

Este ano, a cidade de Paracatu celebrará 216 anos. Em 1798, a rainha de Portugal, Dona Maria I, elevou o Arraial de São Luiz e Sant'Anna à condição de vila. A cidade passou por várias transformações ao longo dos séculos, parte dela ainda permanece preservada.

Segundo a historiadora Terezinha Santana Guimarães, muitos cidadãos lutaram para preservar o patrimônio da cidade e salvaguardar os bens culturais. Alguns foram guardados e imortalizados nos livros, nos poemas, nos causos, nos documentos iconográficos e nos rincões da memória. "Recordações de uma infância vivida no Largo do Rosário, correndo, nos escondendo no coreto, subindo nas árvores enraizadas nas lembranças, nos sabores, nos cheiros, nas cores, nas badaladas dos sinos da igreja, ritmados pelo "blém-blém", pela sirene do cinema nos avisando que o filme começaria, o cheirinho gostoso da pipoca do senhor Zé. Até mesmo atravessando pinguelas para ir ao Alto do Córrego era motivo de alegria", lembrou a historiadora.

O prazer de tomar banho nas águas do Córrego Rico, quando nem ponte havia, ainda é guardado na memória de muitos moradores da cidade.

As lembranças de quando o arroz era socado no pilão para o preparo do "bolo domingo" (iguaria da região), também fazem parte da vida de pessoas que viveram nessa época. Eles contam que é herança dos angolanos, gostosura transmitida pelos nossos ancestrais. Seu sabor era indescritível, nem tanto quanto o número de formas que teriam que ser lavadas do seu preparo. Na época era usado areia fininha para tirar a "barrela" das panelas cheias de carvão do fogão à lenha. "A areia era vendida de porta em porta por uma senhorinha", conta Terezinha.

Outra cultura de Paracatu é a famosa "Caretada", dança dos quilombolas. Um grupo de homens mascarados, em trajes de vestidos coloridos com fitas e guizos, dançava e cantava ao som da sanfona, de caixa e outros instrumentos. Tudo para festejar São João.

Uma das danças típicas do lugar é a "Tapuiada", que há muito tempo não se vê. Era uma dança entre negros e índios, enfeitados com penas de ema, munidos de arcos e flechas. Esse ritual simbolizava o encontro das duas etnias que disputavam seu pedaço de chão.

Havia uma tradição entre os primeiros habitantes de sempre plantarem uma paineira junto com a edificação de uma Igreja. Assim, quando foi inaugurada a Igreja de Sant'Anna em 1736, foi plantada a paineira que ficou conhecida na história como "Barriguda". A árvore testemunhou procissões, relacionamentos amorosos, contos de "causos", assuntos de amigos, discussões futebolísticas, políticas e fofocas que se desenrolavam debaixo de sua grande e frondosa copa. Entretanto, em 15 de março de a árvore foi atingida por um rádio que comprometeu toda a sua estrutura, destruindo-a por completo. A notícia foi a mais discutida na cidade pela perda de um dos patrimônios mais antigos de Paracatu. Mas, uma moradora da cidade havia preservado uma muda da antiga barriguda que no dia 17 de agosto, Dia Nacional do Patrimônio, foi plantada no lugar da "árvore-mãe". Esse evento ficou marcado na história do município por ter envolvido todos os moradores.

Em 1985, a lei Municipal nº1435 tratou sobre a defesa e proteção do patrimônio material. Houve assim, a intenção de atender em nível municipal ao disposto no artigo 180 da Constituição Federal e no decreto Lei nº25, de novembro de 1937. Além de proibir a demolição ou descaracterização do bem tombado, ainda criava o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico de Paracatu – COMPHAP. O Conjunto Histórico do Município de Paracatu foi tombado em nível federal, pelo IPHAN, em 2010.

PEÇA DESAPARECIDA

Furto de imagens da Igreja Matriz e Santuário do Senhor Bom Jesus de Bonfim – Bonfim

Por Maria Ângela Pinheiro – Técnica de Proteção e Restauro



Na madrugada do dia 31 de dezembro de 2001, a Igreja Matriz e Santuário do Senhor Bom Jesus de Bonfim teve furtada a imagem de Nossa Senhora do Carmo elaborada em madeira, medindo 65 cm de altura, 29 de largura e 18 de profundidade, a imagem de São Miguel também em madeira, um lampadário elaborado em prata e latão, medindo 115 cm de altura e 46 cm de largura e 14 castiçais de latão de tamanhos variados. A denúncia de furto foi encaminhada ao IEPHA/MG pelo presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico de Bonfim, em 8 de abril de 2002.

No ano de 2003, a Polícia Federal apreendeu uma grande quantidade de peças em São Paulo. No primeiro momento, técnicos do IPHAN reconheceram 36 obras desse montante, identificando suas procedências e restituindo-as. O restante desse acervo

foi acondicionado na reserva técnica do IEPHA/MG. Dentre essas peças chamou a atenção uma escultura que a primeira vista parecia ser um soldado romano.

Em atendimento às populações das localidades que tiveram bens subtraídos, foi entregue, por uma moradora da cidade de Bonfim, cópias das fichas de inventário dos bens saqueados em 2001, onde constava a ficha da escultura de São Miguel. Com essas informações em mãos constatou-se que o suposto soldado romano guardava similaridades com a imagem de São Miguel. Porém, ela se encontrava sensivelmente alterada, com sua pintura removida e com uma base de preparação nova onde estavam sendo aplicadas folhas de ouro, sem as asas, os penachos do elmo, e ainda sem sua base e os atributos iconográficos.

Após exames minuciosos, tomando como base as informações do inventário da Igreja Matriz de Nosso Senhor do Bonfim, no município de Bonfim constatou-se que se tratava da mesma imagem representando São Miguel. A imagem estava recebendo as intervenções justamente para dificultar seu reconhecimento, dirimindo os indícios de que se tratava de um objeto furtado, assim como adorná-la com uma policromia mais suntuosa para valorizá-la e agregar valor econômico quando a peça fosse colocada no mercado.

O dia que a peça de São Miguel retornou às suas origens, a cidade viveu um momento social, político e religioso. A chegada da imagem foi recebida com banda de música, cavalheiros vestidos a caráter e missa solene celebrado pelo bispo Dom Walmor, contando com a presença do Desembargador Dr. Urbano, cidadão Bonfinense, do Secretário de Cultura do Estado, Diretor e



funcionários do IEPHA e os moradores da região. Após a recepção da imagem de São Miguel, ela foi entronada no seu altar.

Essa ação evidencia a importância do inventário como um instrumento de proteção, além da possibilidade real de recuperação de acervos furtados quando devidamente documentados e informados às autoridades. A volta da imagem de São Miguel ao seu local de origem reacendem a esperança de recuperação da imagem de Nossa Senhora do Carmo, assim como do lampadário e dos castiçais ainda desaparecidos.

4ª Rodada do ICMS Cultural aconteceu no município de Estrela do Sul, dentro da programação do Minas Território da Cultura

Por Ana Flávia Araújo



Foto: Acervo IEPHA/MG

A 4ª Rodada do ICMS Patrimônio Cultural aconteceu nos dias 2 e 3 de abril no município de Estrela do Sul, região do Alto Paranaíba. Durante os dois dias, representantes de vários municípios se reuniram para compartilhar conhecimentos e sanar dúvidas sobre as responsabilidades dos conselheiros municipais no processo de gestão do patrimônio cultural local. Em novo formato da Rodada do ICMS, visto que os anteriores atingiram o resultado pretendido, técnicos do IEPHA/MG levaram diversas informações e discutiram sobre as bases teóricas da preservação do patrimônio cultural e sobre os efeitos legais das decisões dos Conselhos Municipais. Também explicaram sobre os procedimentos indicados na deliberação que rege as atividades que resultam no repasse de recursos financeiros aos municípios via ICMS Patrimônio Cultural. Promover a Rodada do ICMS Patrimônio Cultural nas cidades do interior permite conhecer o contexto local e estabelecer um diálogo franco entre as partes envolvidas, aumentando as possibilidades de escuta dos agentes culturais e contribuindo para que o Instituto possa planejar suas ações de forma mais realista.

Segundo Marília Palhares Machado, Diretora de Promoção do IEPHA/MG, a Rodada do ICMS tem o objetivo de capacitar os gestores para entender os

fundamentos dos procedimentos das normas constantes da deliberação em vigor e poder efetivar, em cada município, a proteção do patrimônio cultural como política pública. “Estamos em um processo de permanente construção e nossa expectativa é que os municípios possam manifestar seus anseios e dificuldades, se conhecerem, trocar experiências, levar exemplos de boas práticas buscando formar uma vasta rede de solidariedade”.

O IEPHA/MG, através da Diretoria de Promoção, vem realizando a Rodada do ICMS Patrimônio Cultural desde 2011. No ano passado, foi inserida no Programa “Minas Território da Cultura”, coordenado pela Secretaria de Estado da Cultura que tem como objetivo a maior interiorização da cultura em Minas Gerais. Trata-se de um Programa articulado de descentralização e regionalização da ação cultural, o qual vem sendo realizado desde 2013 nas dez macrorregiões de Minas Gerais. As diversas atividades promovem uma efervescência cultural em todo o interior mineiro, fortalecendo as manifestações e os grupos culturais locais.

Capela de Nosso Senhor dos Passos Fazenda da Boa Esperança – Belo Vale

Por Adalberto Andrade Mateus



Foto: Izabel Chumbinho

A obra-prima, porém, da Fazenda, está em mimosa capelinha Salomão de Vasconcellos

A pintura do teto da capela, representando a Ascensão do Cristo aos Céus, foi atribuída pela pesquisadora Selma Melo Miranda a João Nepomuceno Corrêa e Castro, pintor que trabalhou no Santuário do Bom Jesus, em Congonhas. A

atribuição repara o engano de que a obra seria fruto do trabalho de Manoel da Costa Ataíde, como foi sugerido desde os anos 1940 por pesquisadores.

Ainda são destaques na capela os painéis do barrado, pintados com predominância de tons azuis. Representando as bem-aventuranças, a arte aponta os caminhos da caridade, segundo a tradição da região. Assim as cenas se sucedem para contar passagens como: “Dai de beber a quem tem sede”, “Visitai os doentes”, “Visitai os aprisionados”, “Dai pousada aos necessitados”, “Dai de vestir a quem tem frio” e “Dai de comer a quem tem fome”. As pinturas da capela se filiam ao rococó, característico de fins do século XVIII e início do XIX, bem como o valioso retábulo que apresenta talha em fundo branco e destaques em folha de ouro. O retábulo foi instalado posteriormente às pinturas, fato demonstrado pelo corte de dois painéis sobrepostos pela talha.

O retábulo tem em seu trono a imagem Nosso Senhor dos Passos, iconografia de Cristo que representa seu caminho desde a condenação até o Monte Calvário, local destinado a sua crucificação. Com a cruz às costas, Jesus teria passado por diversos momentos que incluem as quedas durante o percurso, o apoio de Simão Cirineu, o encontro com sua Mãe e os lamentos das santas mulheres de Jerusalém e de Verônica. A imagem de Nosso Senhor dos Passos foi recentemente restaurada dentro do programa Ateliê Vitrine, da Diretoria de Conservação e Restauração do IEPHA/MG.

O período litúrgico da Quaresma e da semana santa é dedicado a reviver os passos de Cristo a caminho do Calvário, sua morte e sua entrada aos Céus cumprindo as profecias da Paixão, Morte e Ressurreição do Filho de Deus.

A Capela da Fazenda da Boa Esperança, elemento de maior apuro artístico do local e prova requintada da expressividade econômica dos proprietários da fazenda, apresenta por meio da arte a vida do Cristo. A capela, que faz parte do conjunto da Fazenda, está localizada à esquerda do observador, em espaço contíguo à varanda frontal da casa-sede.

Silvana Cançado aponta que “a decoração pictórica da Capela reúne pintura do forro e pinturas parietais, cujos temas predominantemente se referem à iconografia do Cristo, em momentos distintos de sua vida, desde a Infância, Vida Pública e Paixão”. Sendo assim, o teto e as paredes da capela expõem painéis pintados que apresentam cenas da vida de Jesus descritas nos Santos Evangelhos como a Anunciação do anjo Gabriel a Nossa Senhora, a Natividade e Adoração dos Pastores ao Deus Menino, o Lava-Pés, a Santa Ceia, aparição de Cristo aos apóstolos, além do sacrifício de Isaac. Acima da porta, uma pintura exibe a cena de Jesus e a Samaritana junto ao poço de Jacó.

Elemento de interessante observação na capela, são as treliças que a separam visualmente de cômodos da parte interna da casa. Para Lúcio Costa, quando de sua perícia para o tombamento federal da fazenda, “é do maior interesse para o estudo da nossa arquitetura doméstica a galeria com vedação em treliça que conduz à capela da edificação”. As treliças certamente ofereceram maior privação dos membros da família, em especial as mulheres, dos ofícios ali conduzidos pelos celebrantes, à semelhança dos mosteiros claustrais.

Em 27 de agosto de 1959, a casa da Fazenda da Boa Esperança foi tombada pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com inscrição no Livro das Belas Artes. Após o parecer de Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade corrobora o tombamento federal, destacando a representatividade dos trabalhos ornamentais da Capela.

A Fazenda da Boa Esperança foi presumivelmente construída no último quartel do século XVIII, após aquisição de terras na região pelo coronel José Romualdo Monteiro de Barros, o Barão de Paraopeba, por volta de 1790. A fazenda se transformou em um dos principais estabelecimentos rurais da região e hospedou o imperador Dom Pedro II. Em 1974, foi doada ao IEPHA/MG pelo Governo do Estado, que a considerou patrimônio cultural tombado em nível estadual pelo decreto nº 17.009, de 27 de fevereiro de 1975, determinando a inscrição do conjunto paisagístico, artístico e histórico da fazenda nos livros I, II e III, respectivamente do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, do Tombo de Belas Artes e do Tombo Histórico das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos.

Mais informações sobre esse bem cultural podem ser conferidas no capítulo 3 do Guia de Bens Tombados IEPHA/MG, de autoria de Elizabeth Sales de Carvalho.

¹ TRINDADE, SILVANA CANÇADO. ANÁLISE ARTÍSTICA E ICONOGRÁFICA DA CAPELA DA FAZENDA DA BOA ESPERANÇA. ARQUIVO DO IEPHA/MG. TRABALHO DE CIRCULAÇÃO INTERNA.

² IEPHA/MG. PROJETO DE RESTAURAÇÃO. 1976

IEPHA/MG coordena o processo de inventário da Casa de Memórias e Lembranças Chico Xavier

Por Ana Flávia Araújo

Sábio, humilde, simples e dedicado. Assim viveu Chico Xavier. E a partir desses princípios foi criada a Casa de Memórias e Lembranças Chico Xavier em Uberaba, Minas Gerais. Segundo Eurípedes Humberto Higinio dos Reis, filho do médium, em 12 de julho de 1996 Chico Xavier pediu que após seu falecimento ele concretizasse o seu desejo de transformar a casa onde eles viviam em um local de memórias e lembranças. “Após seu desencarne, um pedido daquele que foi mais que um pai sanguíneo para mim era uma ordem. Comecei com meus recursos e com os materiais que foram guardados ao longo dos anos para a realização da vontade dele”, declara Eurípedes. Fazem parte do acervo pessoal do médium retratos, livros, psicografias, homenagens recebidas por várias cidades brasileiras, roupas, boinas, seu quarto e outros objetos pessoais.

A Casa de Memórias e Lembranças de Chico Xavier passará por uma série de ações com o objetivo de preservar a memória do médium. Uma pesquisa será realizada e pretende identificar os bens culturais associados a ele e ao acervo existente. O Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG será responsável pela coordenação e acompanhamento desse inventário. Foi reavaliado o Plano de Ação escrito em 2011 e está sendo aguardado a contratação da equipe para realização do projeto. Historiador, antropólogo e arquiteto farão parte da equipe responsável pela catalogação, restauração, ambientação e preservação do acervo. A previsão de execução do projeto é de 20 meses e será acompanhado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN e pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba, o CONPHAU.

A vida de Chico

Francisco de Paula Cândido, mais conhecido como Chico Xavier nasceu em Pedro Leopoldo no dia 2 de abril de 1910. Foi médium, filantropo e um dos mais importantes divulgadores do espiritismo no país. Em oito de junho de 1927, em sua cidade natal, Chico Xavier iniciou publicamente seu mandato mediúnico. Aos 17 anos o médium escreveu suas primeiras páginas mediúnicas. Foram preenchidas 17 folhas de papel, em que versos e deveres do espírita-cristão eram tratados.

O médium faleceu aos 92 anos em decorrência de uma parada cardiorrespiratória, no dia 30 de junho do ano de 2002. Conforme relatos de amigos e parentes próximos, Chico dizia que iria “desencarnar” em um dia que os brasileiros estivessem muito felizes e que o país estivesse em festa, para assim o desencarne dele não causasse tristeza. No dia de seu falecimento o país festejava a conquista da Copa do Mundo de futebol daquele ano. Segundo Eurípedes, Chico Xavier vem recebendo grandes homenagens no Brasil e em outros países. “Acho justa a homenagem para quem dedicou sempre sua vida em favor de todos”, declara. Sua passagem para o plano espiritual ocorreu de forma tranquila, em sua própria casa, onde foi encontrado ainda em posição de oração.

A casa onde o médium viveu e trabalhou em Uberaba, foi transformada em um memorial. Nada foi retirado do lugar. Objetos pessoais, textos e orientações de Chico Xavier continuam no local. Para Eurípedes, filho adotivo de Chico, a energia física do pai ficou magnetizada no complexo que ele morou. Pessoas das mais variadas religiões ficam às vezes o dia inteiro orando. “Vejo que os seres humanos buscam força em seus momentos de aflições e angústias, assim como buscavam quando ele aqui estava”, afirma Eurípedes. Uma curiosidade marcante, segundo o filho adotivo, é que mais de setenta por cento das pessoas que visitaram o médium



Fotos: Acervo Eurípedes Humberto Higinio dos Reis



quando ele ainda era vivo não eram espíritas e sim pessoas de várias religiosidades ou até os chamados ateus. O mesmo continua acontecendo nos dias atuais.

Chico Xavier completaria 104 anos no último dia 02 de abril.